

Divida de liquidez dificil complica várias capitais

Uma advertência recente do Secretário de Planejamento do Estado do Rio, Sr Ronaldo Couto — "o Governo não faz mágica nem possui varinha de condão" — se encaixaria perfeitamente ao desafio que as dívidas significam para as administrações da maioria das capitais brasileiras. Se conseguir o equilíbrio entre a despesa e a receita é quase um milagre, superar os deficits sem projetar novos problemas é praticamente impossível.

A rigor, apenas o Distrito Federal não corre riscos de colapso econômico-financeiro capaz de afetar o seu programa de obras, realizações extras ou as despesas com o pessoal: vivendo para a administração federal e em função desta, se os impostos que arrecada não cobrem as suas necessidades, Brasília tem o socorro imediato da União.

Estrutura

Ao contrário de São Paulo — cujos débitos se compatibilizam com as possibilidades de arrecadação de recursos da Prefeitura — Recife é o que se pode chamar de "um beco sem saída", a não ser que algo de extraordinário aconteça às suas finanças em tempo recorde.

Mais de 50% da arrecadação prevista até dezembro — Cr\$ 323 milhões — serão destinados ao pagamento do pessoal; Cr\$ 65 milhões, às despesas rotineiras e à amortização de empréstimos contraídos em 1975, e o restante será dividido entre o custeio dos serviços e a aplicação em obras.

O oposto ocorre com São Paulo. As dívidas da Prefeitura, assumidas pelas administrações direta e indireta — através de suas empresas, como o Metrô, a Emurb e outras — somam, a preços de agosto último, cerca de Cr\$ 4 bilhões e 92 milhões, a serem pagas num período de 19 anos e representam hoje quase todo o seu orçamento de 1974.

O quadro é promissor quando se revela que do total da dívida contraída pela Prefeitura, Cr\$ 4 bilhões 56 milhões foram tomados com garantia de pagamento pelas cotas do ICM, o que assegura a solvência desses empréstimos a longo prazo. Os Cr\$ 36 milhões restantes receberam o aval de outros organismos.

Desastre

Só mesmo o otimismo do Prefeito Evandro Aires de Moura, um paraibano de Cajazeiras que promete "consertar a casa e pagar as dívidas", poderia minimizar a situação delicada de Fortaleza. A relação dos débitos é grande e na maioria dos casos envelhecida.

Desde 1971 que a Prefeitura não paga à Petrobrás a gasolina e o asfalto que consome (Cr\$ 7 milhões). De dezembro de 1970 até março último, não pagou nenhuma conta de luz à Coelce (Cr\$ 2 milhões) atrasados. A última taxa de água paga à companhia estadual data de agosto de 1964 (a dívida atual é de Cr\$ 400 mil).

A curto prazo, deve cerca de Cr\$ 10 milhões a pequenos fornecedores e empreiteiros e não tem a menor condição de liquidar as faturas simplesmente porque está sem dinheiro. A Prefeitura de Fortaleza lidera uma das regiões metropolitanas mais importantes do país.

Se o mal de Fortaleza exige remédios urgentes para evitar o caos, a esperança da Prefeitura de Vitória para a melhoria da situação financeira do Município repousa num fato concreto: a reativação do funcionamento da Fundação de Desenvolvimento das Atividades Portuárias (Fundap). Em termos finan-

ceiros, ela representa anualmente Cr\$ 8 milhões anuais.

A dívida da Prefeitura, de 1971 a 1973, é da ordem de Cr\$ 45 milhões 764 mil 124 e 79 centavos, pagável até 1983 (Cr\$ 18 mil 145 ao Banco do Brasil e o restante ao BNH). O Município não tem compromisso a curto prazo capaz de comprometer a sua estrutura financeira. E o mais próximo — 60 meses — representa apenas 3% do valor total dos empréstimos.

Juros e correção monetária

Superficialmente, Belém e Belo Horizonte são Prefeituras sem grandes problemas financeiros a curto e médio prazo, mas acontece que por trás das dívidas está o fantasma dos juros e da correção monetária. Só em 1974 a Prefeitura de Belém pagou ao Banco do Brasil juros e correção monetária de Cr\$ 2 milhões 500 mil sobre um empréstimo de Cr\$ 8 milhões 679 mil — praticamente um quarto da dívida.

O Prefeito Luis Verano disse numa palestra para universitários da Escola de Engenharia de Belo Horizonte que 38% dos contribuintes não pagaram as guias dos Impostos Predial e Territorial emitidas no ano passado. Para exemplificar o prejuízo que essa indiferença representou, comentou que a Prefeitura conseguiu arrecadar apenas Cr\$ 71 milhões dos Cr\$ 113 milhões que havia calculado.

Cada um dos 1 milhão 500 mil habitantes de Belo Horizonte é responsável por uma parcela de Cr\$ 110 da dívida total da Prefeitura — Cr\$ 165 milhões — com liquidez prevista para um período que pode variar entre cinco e 20 anos. Em Belém, se as dívidas municipais fossem divididas entre os 700 mil habitantes da Capital, a responsabilidade de cada um não seria muito acima de Cr\$ 30.

Meio a meio

Um dado comum a Porto Alegre e Curitiba: o endividamento de ambos corresponde praticamente à metade dos orçamentos municipais deste ano. Mas os prazos de liquidação dos débitos são uma garantia à tranquilidade das administrações.

Teoricamente, Porto Alegre poderia saldar os seus compromissos em apenas seis meses, o que desfaz dúvidas sobre qualquer ameaça de colapso financeiro. Neste período, a Prefeitura está pagando Cr\$ 25 milhões 957 mil 830 de juros e Cr\$ 27 milhões 953 e 35 centavos de amortizações, correspondendo as duas parcelas a 12% do seu orçamento.

Em Curitiba, a administração tem a seu favor prazos longos — entre 10 e 15 anos — para o pagamento das dívidas, mas revela uma certa preocupação em relação à correção monetária: o valor dos empréstimos feitos no período foi de 150 milhões 886 mil e o saldo devedor, até 30 de junho último, era de Cr\$ 185 milhões 263 mil, ou seja, Cr\$ 35 milhões a mais, mesmo com a amortização feita.

Para uma cidade de 1 milhão e 200 mil habitantes, um orçamento de Cr\$ 290 milhões é inexpressivo, dizem os técnicos, pois corresponde a uma despesa per capita anual aproximada de Cr\$ 240. Os débitos pendentes do último exercício atingem a Cr\$ 40 milhões. A dívida de empréstimos contraídos pela administração atual vai a Cr\$ 68 milhões.

Esses poucos dados são suficientes para que o Prefeito Jorge Hage Sobrinho considere "desolador" o quadro de Salvador. Metade daqueles débitos refere-se a despesas com desapropriações de imóveis para a realização de obras públicas.